



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

### O DEBATE DE CLASSE, RAÇA E O SERVIÇO SOCIAL

DAN JUNIOR ALVES NOLASCO BELÉM <sup>1</sup>  
HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO <sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado dos estudos de doutoramento em curso realizados na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que teve como foco o estudo crítico das matrizes clássicas do conhecimento e suas aproximações com o Serviço Social. A partir dessa perspectiva, pretende-se afirmar que a classe trabalhadora no Brasil tem cor e que as questões raciais não podem ser anuladas da luta de classes, sobretudo no contexto atual e sua repercussão no debate do Serviço Social brasileiro.

**Palavras-chaves:** Raça; Classe; Serviço Social.

**RESUMEN:** Este artículo es resultado de los estudios de doctorado en curso realizados en la Universidad Federal de Santa Catarina - UFSC, que se centraron en el estudio crítico de las matrices clásicas del conocimiento y sus

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

aproximaciones con el Trabajo Social. Desde esta perspectiva, se pretende afirmar que la clase obrera en Brasil tiene color y que las cuestiones raciales no pueden ser anuladas de la lucha de clases, especialmente en el contexto actual y su repercusión en el debate del trabajo social brasileño.

**Palabras clave:** Raza; Clase; Trabajo Social.

## 1. INTRODUÇÃO

No Manifesto do Partido Comunista Marx-Engels (2014, p. 33) argumentaram que a constituição do mercado mundial e a acumulação de riquezas das nações capitalistas centrais passa pela:

[...] descoberta da América, a circum-navegação da África criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. [...] A grande indústria criou o mercado mundial, preparando o caminho para a descoberta da América. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra desenvolvimento incomensurável. Por sua vez, este influenciou a expansão da indústria, e, na mesma medida em que se expandiam a indústria, o comércio, a navegação, as estradas de ferro, se desenvolvia a burguesia; ela multiplicava seus capitais, empurrando as classes legadas pela Idade Média para segundo plano (MARX-ENGELS, 2014, p. 33-34).

Assim, entende-se que esse processo sócio histórico foi fundamental para gerar inclusive as assimetrias nas Américas e determinaram, portanto, as características da formação social brasileira.

Florestan Fernandes (2008) em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* ao analisar as fases da dominação externa no nosso continente, sinaliza o domínio estrangeiro e uma dinâmica marcada por processos de concentração de poder, monopolização de vantagens que criaram possibilidades de existência e condição independente ou de subordinação entre economias nacionais distintas:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 2008, p. 36-37).

No Brasil esse mecanismo se estabeleceu de forma eficiente, o valor produzido aqui foi sendo apropriado por nações imperialistas. Paiva, Rocha e Carraro (2010), tratando sobre o contexto latino-americano traduzem essa relação que estrutura a subordinação de algumas nações, incluindo-se o Brasil.

É dessa maneira que os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, sendo que tal dinâmica capitalista é garantida por uma maior exploração da força de trabalho na periferia, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia. Esse mecanismo configura-se como uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, como resposta dada à depreciação de valor e da produtividade próprias aos países dependentes submetidos ao intercâmbio desigual.

Esse tipo de estrutura arbitrária foi fundamental para o estabelecimento de

uma plataforma racista no Brasil e não se trata de um acidente, uma condição natural, como muitos querem veicular, é criação humana, como assinala Marx-Engels (2014, p. 35) “a burguesia despiu de sua auréola sagrada [...]” é um sistema que se nutre da vantagem, da exploração, de relações desiguais para manter-se hegemônico.

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas” (MOURA, 1994, p.2).

O racismo como traz Moura (1994, p. 3) é “um dos galhos ideológicos do capitalismo”, nesse sentido compreendê-lo, sobretudo no contexto brasileiro é fundamental, não é algo sem importância e desvinculado da sociedade capitalista e da luta de classes.

Se a história do Brasil é marcada por essa relação imperialista maciça de transferência de valor, quem foi o sujeito que criou esse valor e que historicamente foi alienado do que produziu? Quem foi o sujeito histórico que em meio a exploração criou mecanismos de resistência?

É necessário recuperar esses elementos sócio históricos e não os negar, sob o risco de produzir conhecimento sobre relações étnico-raciais estereotipadas, como diz Moura (2019, p. 33) ciência sem práxis, ou num vácuo ontológico como coloca Duayer (2015, p. 86), pelo contrário, todo o conhecimento deve orientar-se para o ser das coisas que “significa conceber o que é sociedade, fundar e estar fundada, explícita ou implicitamente, em uma ontologia do ser social” (DUAYER, 2015, p. 87).

Nesse sentido, não se pode compreender a base sobre a qual a sociedade brasileira se constituiu apenas em uma perspectiva economicista e de classe, desconsiderando as relações étnicas como coloca (NASCIMENTO, 2021, p. 51).

A partir dessa perspectiva, pretende-se discutir que a classe trabalhadora no Brasil tem cor e que as questões raciais não podem ser anuladas da luta de classes

no contexto atual e ainda a repercussão desse debate no Serviço Social brasileiro.

## 2. CLASSE E RAÇA EM DEBATE

Gonzalez (2011) no texto – Por um feminismo Afro-latino-Americano – ao criticar o feminismo e discutir a dificuldade de inserção da temática racial no movimento aponta três elementos importantes: 1) o poder de mudança a partir dos movimentos sociais, 2) o esquecimento racial 3) e o silenciamento de historiadores e sociólogos sobre a situação do negro, no contexto latino-americano, “desde a abolição da escravidão até os dias de hoje, estabelecendo uma prática que faz invisível a este segmento social” (GONZALEZ, 2011, p. 15).

Para Gonzalez (2011), o feminismo a partir da sua produção teórica e a sua ação enquanto movimento, produziu mudanças importantes para o corpo da sociedade, sobretudo em relação a discriminação pela orientação sexual, a autora sinaliza que não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, como o de caráter racial e ao se reportar ao feminismo norte-americano demonstra que o movimento alimentou outros espaços e foi fundamental para questionar neles relações de dominação e submissão.

Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro: “A Luta dos sessenta... Sem a Irmandade Negra, não haveria existido irmandade das Mulheres (Sister Hood); sem Poder Negro (Black Power) y Orgulho Negro (Black Pride), não haveria existido Poder Gay e Orgulho Gay” (David Edgar). E a feminista Leslie Cagan afirma: “O fato de que o movimento pelos Direitos Civis tenha quebrado as propósitos sobre a liberdade e a igualdade em America, nos abriu espaço para questionar a realidade da nossa liberdade como mulheres” (Sic) (GONZALEZ, 2011, p. 13).

O esquecimento racial também é denunciado por Gonzalez (2011, p. 13-14) ao recuperar duas categorias do pensamento laciano: a de infante e a de sujeito-suposto-saber que leva na sua perspectiva a alienação.

[...] as categorias de infante e de sujeito-suposto-saber nos levam ao tema da alienação. A primeira designa a aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma

forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nós estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. [...] A categoria de sujeito-suposto-saber, refere-se as identificações imaginárias com determinadas figuras, para as quais se atribui um saber que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor, etc.). E aqui nós reportamos a análise de um Franz Fanon e de um Alberto Memmi, que descrevem a psicologia do colonizado frente a um colonizador. Em nossa opinião, a categoria de sujeito-suposto-saber enriquece ainda mais o entendimento dos mecanismos psíquicos inconscientes que se explicam na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador. Nesse sentido, o eurocentrismo e seu efeito neo-colonialista acima mencionados também são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadora.

Assim, demarca o local do desconhecimento e da alienação em relação à mulher negra, e ainda indaga o saber a partir do eurocentrismo e seu efeito-neocolonialista e explícita a ideologia na relação teoria e prática que parecem liberadoras.

Gonzalez (2011) também questiona o silenciamento da produção do conhecimento no contexto latino-americano, os historiadores e sociólogos que estabeleceram uma prática pela produção do conhecimento que torna invisível os sujeitos negros, pode-se incluir aí o Serviço Social.

Outros autores também contribuem com essa discussão, Pereira (2013) no livro *o – Mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil –* faz um mapeamento da história dos movimentos antirracistas ao mesmo tempo que problematiza aspectos que o conformaram, destaca-se o processo de construção política da identidade negra, “podemos afirmar, nesse sentido, que existiu “movimento negro” no Brasil desde que os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram à costa Brasileira”[...] (PEREIRA, 2013, p. 112).

Carneiro (2005) na tese de doutoramento – *A construção do outro como não ser como fundamento do ser –* tendo como referência Foucault, sinaliza a existência de um contrato racial que procura manter o negro, emudecido em uma condição de subalternidade e exclusão pelo epistemicídio conectado a tecnologia do biopoder. Nesse sentido trata-se de um problema ético porque orienta um modo de ser na relação do eu com o outro que segundo Carneiro (2005, p. 27), apreendendo as

relações da racialidade no Brasil, promoveram um deslocamento para uma alteridade que colocam o negro na dimensão do não-ser humano.

Conectando os movimentos sociais e a produção de conhecimento Gomes (2017, p. 40) coloca que:

Apesar da grande participação dos movimentos sociais como forma de organização da sociedade civil e de pressão sobre o estado, nem todos ganharam a mesma visibilidade social, política e acadêmica no cenário brasileiro. Além disso, no contexto das pesquisas e análises sobre os movimentos sociais realizadas pelas Ciências Sociais e pela educação no Brasil, algumas dessas formas de organização têm merecido mais destaque e interpretação teóricas do que outras, tais como o Movimento Operário, o movimento Sindical, o Movimento Docente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entre outros.

E ainda assevera que o movimento negro tem se constituído como “um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade” (GOMES, 2017, p. 42).

Segundo Gomes (2017, p. 42) o movimento negro “organiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva”, dando ênfase assim a dimensões concretas da realidade e também a aspectos subjetivos, muitas vezes discutidos separadamente em uma perspectiva reducionista.

Em Nascimento (2021, p. 39) tem-se uma crítica sobre estudos históricos que apenas consideram aspectos socioeconômicos e desprivilegia os aspectos raciais e questiona os estereótipos estabelecidos e o olhar para as classes a partir de uma ideologia eurocêntrica da realidade que tem uma função, a de desumanizar, humilhar e rebaixar o ser negro.

Retomando o problema da história do negro no Brasil: quem somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudo. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios? Pode-se ainda confundir com nossa vivência racial com a do povo judeu – porque ambos sofremos discriminação? Historicamente, creio não haver nenhuma semelhança entre os dois povos, mesmo se pensarmos em termos internacionais. Em termos de Brasil, nem em fantasia podemos pensar assim; o judeu no Brasil é um branco, antes de tudo judeu, isto é, poderoso como povo, graças ao auxílio mútuo que historicamente desenvolveram entre si. [...]

As relações inter-raciais no Brasil são amenas, se considerarmos o comportamento aparente dessas relações entre todas as raças e povos que aqui vivem. Sabemos, no entanto, que com o preto elas tomam um aspecto diferente (NASCIMENTO, 2021, p. 39-40).

Nascimento (2021) assinala o preconceito, em sua dimensão letal, que no Brasil se traduz no racismo, trazendo à tona quem o enfrenta e demonstrando que o negro sempre é deslocado para um não-lugar, é o objeto, ou ainda faz parte de um segmento egoísta que busca seus próprios interesses desprezando, as classes porque nela já contém todos os conflitos oriundos das contradições sociais.

Fernandes (2017, p. 83-84) aporta sobre classes e raças que:

Não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje. Não basta recorrer ao “movimento popular” como terapêutica de assistência social e de “cura” na opção pelos excluídos. Essa linguagem pode traduzir solidariedade humana e fraternidade social. Não obstante, o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder. Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências.

Perceber a relação entre classe e raça é fundamental para fortalecer o movimento negro, para mostrar o “lugar”, ou melhor o “não lugar” que ocupam na sociedade e para afirmar que o debate étnico-racial precisa estar articulado com as lutas gerais da classe trabalhadora com vistas a emancipação.

Frequentemente as demandas dos negros são tomadas pelos marxistas como fundamentalismo identitarista, originado da episteme pós-modernista que busca a dessubjetivação de classe.

### **3. O DEBATE ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL**

Segundo Fernandes (2017, p. 86) “[...] classe é, para o proletário, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem”, é um local de apreensão do real, de embate e decisão porque demarca a vinculação a uma proposta de sociedade, que busca a eliminação de classes.

Entretanto, “existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes” (FERNANDES, 2017, p. 84).

Nessa perspectiva é preciso olhar para a história brasileira considerando a raça como um mecanismo de dominação do outro, do diferente, do que não é o padrão classificando e não desclassificando o debate étnico-racial, entendendo que



a realidade sinalizada por Marx, no seu tempo, em solo brasileiro tem uma relação complexa, que não pode ser enquadrada, tomada como algo relativo ou de menor importância porque sobre ela se ergue relações assimétricas. É essencial compreender que da menor ação cotidiana a relações mais complexas da sociabilidade o negro/a tem que se contentar no caso brasileiro com o resto.

Por isso a necessidade do debate étnico-racial de forma substancial em diferentes espaços, partidos, sindicatos, espaços comunitários e nas universidades.

É nesse terreno permeado de desigualdades de classe, gênero, sexualidade e de raça que o Serviço Social se aproxima do real e constrói uma prática substantiva ou acrítica que tem repercussão na vida de negros/as segmento assinalado como o mais pauperizado da sociedade brasileira.

Artigo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), textos para discussão 2657, Osório (2021) apresenta indicadores da desigualdade racial de renda no Brasil nas três últimas décadas (1986-2019) e aponta que:

No Brasil, as estatísticas socioeconômicas invariavelmente têm indicado que a situação das pessoas brancas é melhor que a das pretas e pardas. Friamente, mostram que pessoas brancas têm mais renda, mais escolaridade, moradias mais salubres e seguras, têm mais de tudo que é bom, e menos de tudo que é ruim (OSÓRIO, 2021, p. 7).

A pesquisa mostrou que a desigualdade racial de renda no período permaneceu quase intocada no Brasil, de 1986 a 2019, houve apenas uma redução ínfima, nomeado pelo pesquisador como uma “ridícula” redução da desigualdade e que parte dela pode ter se dado pelo aumento da declaração no quesito raça/cor, preta ou parda, por pessoas relativamente mais ricas, deslocando parte da desigualdade antes capturada entre os grupos e entre os brancos para a desigualdade entre os negros.

Segundo Osório (2021, p. 23-24) a renda média dos brancos persiste sendo o dobro da renda dos negros. Será que isso ocorre por conta de fatores puramente econômicos? É possível considerar apenas a desigualdade de renda? A pesquisa apontou que:

Somente em 2014, quando a renda média dos brancos chegou a US\$ 24 por dia, a renda média dos negros ultrapassou o mínimo histórico dos brancos, de US\$ 12 em 1992. Na maior parte do tempo, a pior renda média dos brancos esteve acima da melhor média dos negros. Apenas em quatro anos, 2015, 2016, 2018 e 2019, a maior renda média dos negros ultrapassou a menor média dos brancos, sem,

contudo, chegar aos US\$ 13 diários. Segundo o indicador de desigualdade escolhido, o L de Theil, que confere maior peso à desigualdade representada pela presença de pessoas muito pobres, a desigualdade entre as médias dos grupos responde por pouco mais de 10% da desigualdade brasileira. Em qualquer momento do período em tela, se negros ou brancos brasileiros vivessem em países separados, ainda seriam excessivamente desiguais.

A análise mostra diferenciais por cor/raça e aponta a estrutura perversa que perpassa a vida de negros/as tomando um aspecto fundamental a renda, que vai demarcar muitas vezes o lugar desses sujeitos na sociedade de classes, são estes que na maioria das vezes precisam passar no campo da assistência social para inserção em outras políticas públicas. São recebidos por profissionais com que perspectiva?

Na tese – Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros –, Ferreira (2020), produz uma síntese sobre as possibilidades para o entendimento da política social brasileira como parte do projeto de nação que justamente objetivou eliminar o sujeito negro. Os resultados do trabalho demonstram que é preciso compreender as contradições que envolvem a própria política social, situando-a no tempo e no espaço.

E na parte final da tese, sustenta a necessidade de um novo olhar para a sociedade brasileira pelo Serviço Social, “considerando de forma consciente o debate de raça (e é claro, os de gênero e sexualidade)” (FERREIRA, 2020, p. 265).

Muito além do que uma crítica personalizada, essa noção deve ser entendida pelo conjunto de assistentes sociais como um convite à reflexão. Sobre que política social e sobre que trabalhador(a) estamos nos referindo em nossas produções? Por que o Norte ainda têm sido a Europa ao considerar trabalhadores e a construção da política social? Por quê nossos(as) estudantes sabem mais dos levantes europeus do século XIX do que das práticas de tortura e sublevações produzidas no Brasil, país recordista em importação de pessoas africanas para serem escravizadas? Como estamos pensando a pessoa que trabalha, a classe que trabalha, num país com maior número de pessoas negras fora do continente africano? Sem dúvidas esse não é um dilema exclusivo do Serviço Social. Apenas recentemente a História tem modificado as abordagens sobre o assunto (FERREIRA, 2020, p. 265).

No extrato acima a autora também provoca no sentido de repensar a formação em Serviço Social, como tem sido o olhar enquanto corpo profissional para os sujeitos negros? Qual projeto de sociedade tem sido defendido pelo Serviço Social? Na tese Ferreira (2020) fala sobre ressaltar a presença negra na produção do conhecimento, no olhar para as políticas sociais, no fazer profissional, o que não

é uma vírgula no contexto histórico.

Existe de fato uma luta no Serviço Social para fortalecer o debate étnico-racial, são as protoformas de um debate necessário, que passa por documentos/ações para além do Código Ético, tais como: a série assistentes sociais na luta contra o preconceito, publicada pelo CFESS-Gestão (2014-2017), a cartilha SUAS sem Racismo (2018), a campanha assistentes sociais no combate ao racismo (2017-2020), a construção de grupo temático de pesquisa (GTP) Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades e no compromisso de autores negres como Magali Silva Almeida, Roseli Pinheiro Rocha, Jussara Assis, Adriana Mesquita, Marcia Campos Eurico, Ana Paula Procópio entre outras, e em experiências de extensão como a interinstitucional (UFOP/UFF).

O que não quer dizer que está pronto, é algo que está sendo construído como coloca Marx (2011, p. 140) “porém a revolução é radical. Ela ainda está percorrendo o purgatório [...] bem cavoucado, velha toupeira”.

A discussão sobre raça na profissão ainda é tomada como identitarismo e são frequentemente desqualificadas, assuntos talvez para uma conversa de bar e não para discussão acadêmica.

O Serviço Social brasileiro nos anos 1980 assumiu politicamente uma posição crítica em relação à sua produção e percurso teórico metodológico em favor da “classe trabalhadora”. Ou seja, se propôs a enfrentar a ideia de conhecimento neutro. Por outro lado, ainda tem sido frequente no próprio Serviço Social o uso desse mesmo argumento (militância x conhecimento acadêmico-científico) para desqualificar a produção acerca do racismo, sexismo etc.

A desqualificação desses estudos, tratados como “identitários”, por exemplo, é um dos modos de observar esse processo. Só se dedica a esse tipo de afirmação quem desconhece a formação de países como o Brasil. Ou aqueles que associam o ser “negro” com uma identidade.

Oras, ser branco o que é? Ser trabalhador o que é? Se certos Movimentos Sociais não se dedicam à crítica aprofundada ao capitalismo isso também se deve à abordagem hierárquica de sujeitos dentro do próprio pensamento “crítico”. É preciso repensar nossas abordagens. Quando os europeus decidiram destruir todas as outras civilizações o fizeram justificando tal barbárie a partir de noções raciais que ora foram justificadas e legitimadas pela Igreja, ora pela Ciência. Descredenciar a noção de raça para compreender a sociedade brasileira (e mundial) é reforçar esse projeto societário (FERREIRA, 2020, p. 268-269).

Considera-se um reducionismo, uma desqualificação epistemológica, pensar em raça nessa perspectiva, no âmbito de uma profissão que no seu Código de Ética assegura a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e tem compromisso com o

constante aprimoramento intelectual.

É necessário um processo de reconceituar, ou classificar esse debate enfrentá-lo, olhando para a base da constituição do Brasil enquanto nação. E isso passa pela formação em Serviço Social.

#### 4. A NECESSIDADE DO APRIMORAMENTO INTELECTUAL

- Pero,? no es muy oscuro el sótano?
- La verdad no penetra en un entendimiento rebelde. Si todos los lugares de la tierra están en el Aleph, ahí estarán todas las luminarias, todas las lámparas, todos los veneros de luz.
- Iré a verlo inmediatamente (BORGES, 2015, p. 202).

O Código de Ética Profissional (2012) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1997) tratam da dimensão intelectual do trabalho social, aquilo que envolve o intelecto, o que certamente passa pela formação.

A formação de um intelectual é um processo que exige uma postura aberta ao conhecimento e o dar-se a conhecer, não é se fechar em um nicho de conhecimento. Requer a superação de determinismos, esquematismos e enquadres, sobretudo em uma perspectiva marxista que intersecciona pensar e conhecer.

Para Vasconcelos (2015, p. 442) a formação do assistente social com o perfil intelectual põe como exigência

[...] escolhas ético-políticas e competências teóricas fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situam os sujeitos da ação e a prática. Escolhas e competências que possibilitem a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução da relações sociais numa perspectiva de totalidade, que possibilitem a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; que possibilitem a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidade de ação contidas na realidade; que possibilitem a identificação das demandas presente na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social [...]

É importante pensar no tipo de conhecimento construído no sistema acadêmico, no curso de Serviço Social materializado nas matrizes curriculares, nas ementas, nas escolhas bibliográficas, na articulação ensino-pesquisa-extensão, se elas possibilitam a saída do “sótano escuro” ou se aprisionam, criam dogmas e preconceitos, desqualificação com o que é de fora do Serviço Social.

Conhecer com profundidade pressupõe ver todas “las luminarias”, “todas las lámparas”, “todos los veneros de luz”, não se trata de ecletismo é justamente o oposto.

Para a formação de um intelectual, no contexto do Serviço Social brasileiro é necessário considerar o debate étnico-racial. Discutir raça não é um modismo intelectual é um desafio epistemológico.

Não se pode conhecer, se não se deixa conhecer, talvez seja necessário o transicionar do Serviço Social em si para o Serviço Social para si, a possibilidade de dialogar com outras áreas do saber com uma perspectiva menos preconceituosa, o que pode favorecer a formação de profissionais intelectuais abertos ao conhecimento. Munhoz (2009, p. 18) ao discorrer sobre o conhecimento e o fazer profissional em Serviço Social coloca que:

Quanto a isso, no plano do conhecimento de que o assistente social pode lançar mão, reconhece-se a herança de Marx como dotada de grande potencial analítico e, conseqüentemente, os elementos centrais da teoria de Marx como o eixo em torno do qual se movem os projetos hegemônicos para a profissão.

Além disso, esse é também o eixo que possibilita a interlocução com outras teses sobre sociedade e com construtos teóricos sobre aspectos particulares da realidade, porque a teoria precisa estar sempre sujeita à dinâmica da necessidade e da curiosidade, que é a dinâmica do modo-de-ser do homem no mundo; pretender-se uma prática a partir da perspectiva crítico-dialética inaugurada por Marx não significa acatar-se subservientemente tudo o que Marx disse, nem estar-se obrigado a encontrar justificção para o que ele deixou de dizer.

Diz Carlos Néilson Coutinho que “a mais ampla liberdade de criação tem como contrapartida necessária a mais ampla liberdade de crítica” e, embora isso - essa “dupla liberdade, de criação e de crítica” - implique e exponha, tanto criador como crítico, ao acerto e ao fracasso, não se pode esquecer que indica e reflete a historicidade do mundo e especialmente a “dialética da vida cultural, na pluralidade de suas orientações e tendências” (Coutinho, 1990, p.33-34).

A partir do exposto entende-se que dada a complexidade da realidade brasileira, com uma herança escravista, é preciso levar em conta uma formação profissional/intelectual que debata as desigualdades raciais, a inserção do negro na sociedade brasileira, a participação diferenciada entre negros e brancos, é preciso construir um conhecimento confiável em termos de verdade e também profissionais críticos que no processo de conhecer a realidade articulem classe, gênero e raça, porque essas categorias encontram materialidade no território brasileiro.

Assim o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, se não materializados na formação profissional, são apenas arrazoados que podem

reforçar o sistema de exclusão vigente, ou seja, mais do mesmo. Assumir o debate étnico racial no contexto da profissão é compreender o estado das coisas no território brasileiro.

## **5. CONCLUSÃO**

Numa sociedade como a brasileira que construiu uma relação de negação, de objetificação, de silenciamento e anulação do ser-negro. Em que as classes dominantes criaram sofisticadas estratégias para manutenção da subalternidade do negro é preciso constantemente afirmar classe social assim como, gênero, raça/etnia.

Não se trata de modismo identitarista e sim do resgate da identidade profissional a partir da complexa realidade brasileira marcada pela luta de classe e também pelo preconceito e sua expressão perversa, o racismo.

O movimento de transformação dessas relações, reificadas, passa pela profissão, mas não é responsabilidade de um sujeito ou um corpo profissional é uma decisão ética do corpo da sociedade, representa o transicionar de um estado de minoridade, é a busca da liberdade e a recusa de relações reificantes é resgatar a crítica radical e revolucionária instaurada por Marx é mais que interpretar, precisa-se transformar o mundo.

No âmbito acadêmico e profissional como se adjetiva práticas antirracistas? Ribeiro (2019) aponta elementos importantes como: informe-se sobre racismo, enxergue a negritude, reconheça os privilégios da branquitude, perceba o racismo internalizado, apoie políticas educacionais afirmativas, leia autores negros, questione a cultura que consome, combata a violência racial e para além disso faça o exercício epistemológico, pense a luta de classes na relação de raça e gênero. Pense no fazer profissional, no que pode ser mudado nos instrumentais, no atendimento social, o que precisa ser eliminado, como a infantilização dos sujeitos negros e o que precisa ser incorporado como por exemplo o quesito raça/cor.

Sem dúvida é tempo de reconceituar e não de desclassificar, é o momento de assumir a identidade enquanto corpo profissional, quem se defende e quais são os

debates e valores que se precisa assumir para enfrentar as contradições postas pelo capital.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

BORGES, J. L. **El Aleph**. 9. ed. Buenos Aires: Debolsilho, 2015.

CARNEIRO, S. A. **A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, 2005.

DUAYER, M. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação. **Revista da Boitempo Margem Esquerda**, São Paulo, n. 24, p. 86-110, jun. 2015.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e desenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

\_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, G. C. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 293 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**, In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1 (mimeo), 2011.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Karl Marx; apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels) Tradução de: Zur Judenfrage.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Karl Marx; [tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K; E, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Luciano Cavani Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014 (Coleção a obra-prima de cada autor, 44).

MOURA, C. “**O racismo como arma ideológica de dominação**”. 1994. Disponível em: <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

MUNHOZ, D. E. N. A natureza do conhecimento orientador da prática do assistente social frente aos desafios do cotidiano. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 15-32, abr. 2009.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras. Relações raciais, quilombos e movimentos**. Org. Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, A. A. “**O mundo negro**”: **relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

OSORIO, R. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 147–175, 2010. DOI: 10.26512/ser-social.v12i26.12702. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12702](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702). Acesso em: 10 out. 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2019.

VASCONCELOS, A. M. de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

,